O DIREITO À CIDADE: FORMAÇÃO CRÍTICA SOBRE O URBANO NAS AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA DO 8º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS

Júlia Morais Sobral [1]

RESUMO

O presente texto configura-se como um relato de experiência realizado a partir do Estágio Curricular Supervisionado em Língua Portuguesa III, realizado no curso de Licenciatura em Letras – Português da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). A experiência ocorreu em uma turma de 8º ano do Ensino Fundamental - Anos Finais de uma escola pública na cidade de Recife - PE e teve como eixo central a elaboração e aplicação de um Projeto Didático Temático intitulado "O direito à cidade: formação crítica sobre o urbano e as impressões deste na aula de Língua Portuguesa". A proposta pedagógica teve como principal objetivo articular o ensino de língua às vivências dos estudantes, promovendo reflexões sobre o espaço urbano, as desigualdades sociais e a relação dos alunos com a cidade onde vivem. A experiência de estágio partiu de momentos de observação para que então fosse desenvolvido o planejamento do projeto que foi aplicado na fase de regência do estágio, no qual foram desenvolvidas atividades de leitura, debate e produção textual. Partindo da análise da canção A Cidade, de Chico Science & Nação Zumbi, foram discutidos temas como mobilidade, desigualdade urbana e pertencimento ao espaço da cidade e, em seguida, foram realizadas atividades que buscaram estimular a participação dos estudantes e favorecer a construção de uma leitura crítica da realidade social, relacionando linguagem, cultura e contexto. A experiência foi fundamentada em referenciais teóricos que compreendem a linguagem como prática social e o ensino de Língua Portuguesa como espaço de formação crítica. Nesse sentido, o trabalho dialoga com Theodoro (1999), ao compreender a leitura como um processo interativo de construção de sentidos, e com Geraldi (2011), que propõe a integração entre leitura, escrita e análise linguística no ensino de língua materna. Também se apoia nas orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), que orienta o desenvolvimento de práticas de linguagem voltadas à autonomia e à participação social dos estudantes. A experiência evidenciou o potencial da aula de Língua Portuguesa como espaço de reflexão social e de construção de uma educação linguística crítica.

Palavras-chave: Direito à cidade, Análise Linguística, Relato de Experiência, Formação de leitores.

[1] Pós-graduanda do Programa de Pós-Graduação em Escrita Criativa do Centro Universitário Frassinetti do Recife - UNIFAFIRE, julia.morais@ufpe.br.